

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

**PROVIMENTO Nº 09, DE 25 DE ABRIL DE 2011.**  
**(Revogado pelo Provimento nº 20, de 24 de maio de 2016)**

~~Dispõe sobre a suspensão temporária de envio de documentos administrativos ao Arquivo Judiciário, pelo prazo de 06 (seis) meses, com a finalidade de reestruturar as instalações e editar providências correlatas.~~

~~O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e,~~

~~CONSIDERANDO a necessidade de estudos necessários a elaboração de projetos de reestruturação do espaço físico a ser destinado ao arquivamento dos documentos administrativos oriundos das unidades do Poder Judiciário do Estado de Alagoas; e~~

~~CONSIDERANDO a constatação de materiais estranhos à atividade do Arquivo Judiciário do Estado de Alagoas encaminhados àquela unidade, inclusive, em descompasso com o preceituado no Ato Normativo n. 47/2007, que dispõe sobre normas para movimentação e controle dos bens móveis no âmbito das unidades do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas;~~

**RESOLVE:**

~~Art. 1º Fica suspenso, pelo prazo de 06 (seis) meses, contados da data de publicação deste Provimento, o envio de documentos administrativos ao Arquivo Judiciário, localizado no Fórum da Capital.~~

~~Art. 2º As unidades jurisdicionais e administrativas ligadas ao 1º grau de jurisdição ficam proibidas de encaminhar ao Arquivo Judiciário materiais bibliográficos e afins, a exemplo de Diários Oficiais, jornais, livros, periódicos, revistas e Cds.~~

~~§1º Aos servidores do Arquivo Judiciário resta vedada a recepção e acondicionamento de materiais estranhos a correspondente atividade, devendo ser imediatamente comunicado a esta Corregedoria-Geral da Justiça os encaminhamentos realizados em desconformidade com o contido neste Provimento, para adoção das medidas necessárias.—~~

~~§2º O responsável pelo Arquivo Judiciário, supervisionado pela Superintendência e Direção do Fórum da Capital, deverá, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhar expedientes aos setores responsáveis, objetivando o levantamento e transferência de bens e material de construção que se encontrem equivocadamente acondicionados nas dependências daquela unidade.~~

~~Art. 3º Recomendar que magistrados e servidores cumpram o contido no Ato Normativo n 47/07, cujo teor encontra-se disponibilizado no sítio eletrônico do TJ-AL ([www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br)).~~

~~Art. 4º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.~~

---

~~Macció/AL, 25 de abril de 2011.~~

~~Desembargador~~ **JAMES MAGALHÃES DE MEDEIROS**  
~~Corregedor-Geral da Justiça~~